Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memórias do Espírito Santo no século XIX:
Entre os discursos políticos e a história econômica

Enaile Flauzina Carvalho*

Resumo: A utilização de documentos oficiais como cartas, relatórios e, incluindo entre esses as Memórias Estatísticas, acabam por fornecer além de informações pertinentes, uma dúvida com relação à veracidade dos fatos neles narrados. A grande questão consiste na correlação existente entre o autor do documento, sua ocupação em cargos públicos e o contexto em que escreve. Aqui farei a análise de alguns documentos oficiais escritos no início do século XIX, como forma de cientificar o Governo Geral acerca da situação política, econômica e social da Capitania, depois Província do Espírito Santo. A proposta do artigo é evidenciar o quadro mercantil capixaba, identificando a produção agrícola de subsistência, o consumo de gêneros importados e a comercialização dos produtos excedentes para outras regiões do Brasil.

Palavras-chave: Memórias – Oitocentos – Economia.

Abstract: The use of official documents such as letters, reports and Statistic Memories provide us relevant information, however it brings up an issue regarding the events' veracity. The fact is that the correlation between the document's author, his job on public service and the writing context is relevant. The following essay analyzes some official documents written on the beginning of the 19th century, as a way to notify the General Governament about the political, economical and social situation in the province of Espírito Santo. The article's purpose is to emphasize the mercantile scenario in Espírito Santo by that time, identifying the self-sufficiency agriculture production, the use of imported itens and the surplus production trade with other regions in Brazil.

Keywords: Memories – Eighthnghundreds – Economics.

Como Capitania Régia[1] o Espírito Santo inicia a segunda década do século XVIII com sua administração subordinada ao Governo da Bahia e seu foro judicial sujeito ao Ouvidor do Rio de Janeiro. A situação foi modificada em 1732 e 1741 com criação de uma Ouvidoria independente do Rio de Janeiro, na Vila da Vitória. Em termos administrativos, continuava a submissão ao governo da Bahia, que se limitava a tomar as medidas apenas no sentido de proteção e impedimento ao acesso as minas de ouro de Minas Gerais.

* Universidade Federal do Espírito Santo, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Bolsista do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Vitória (FACITEC).

[1] [...] a 6 de Abril deste ano, em que foi passada a escritura de compra feita por D. João V, pela quantia de 40.000 cruzados, passando-se a mesma em Lisboa, à rua da Atalaia, nas casas do Desembargador José Vaz de Carvalho, que era Procurador da Fazenda Real e do Desembargo do Paço, em virtude da Ordem do Conselho Ultramarino datada de 18 de Junho de 1715, e de outra Consulta de 12 de Fevereiro do ano de 1716, sendo Tabelião que lavrou a dita escritura Manoel dos Passos de Carvalho. Assim acabou-se em Cosme Rolim de Moura o direito particular à Capitania do Espírito Santo, que ficou pertencendo ao Estado, mas tendo existido em poder dos donatários por espaço de 193 anos (DAEMON, 1879:149).

O contexto internacional desfavorável, acrescido do declínio da produção aurífera na colônia, suscitou um renovado interesse da coroa lusitana em dar novo impulso ao desenvolvimento do Espírito Santo. O projeto do Conde de Linhares, D Rodrigo de Souza Coutinho de 're-colonização' do Brasil, com a descoberta de novas fontes de riquezas adaptava-se plenamente com o interesse de saneamento da crise econômica portuguesa.

Na Descrição da Capitania do Espírito Santo do século XIX, o Padre Simão de Vasconcelos faz uma contextualização histórica do Espírito Santo apresentando espécies vegetais apreciadas pela medicina da época. Seu discurso valoriza e qualifica de forma positiva as riquezas naturais da Capitania capixaba, evidenciando a preocupação do Estado Português em criar novas alternativas economicamente viáveis na colônia, a partir do Oitocentos, conforme o projeto de D. Rodrigo para o Brasil.[2]

Extinto os governos dos Capitães-mores, através de Carta Régia expedida por D. Rodrigo em 12 de maio de 1798, em agosto do mesmo ano foi nomeado como governador da Capitania capixaba Antonio Pires da Silva Pontes Leme, que assumiu o cargo dois anos após a nomeação.

Nascido em Mariana, intelectual ilustrado com estreita amizade com o Conde de Linhares e Doutor em matemática, Silva Pontes tomou posse em 1800 com sua administração subordinada ao Governo da Bahia. Segundo informações fornecidas pelo próprio governador ao vice-rei, as exportações de algodão, açúcar e milho provenientes do Espírito Santo para Bahia e Rio de Janeiro, continuavam a ocorrer em princípios do século XIX (LEAL, 1977:05).

O historiador Estilaque Ferreira dos Santos acrescenta que durante seu governo, Silva Pontes ambicionou reavivar a navegação direta com Portugal aproveitando a ligação com Minas Gerais para com isso estabelecer "[...] a centralização das exportações da região no Porto de Vitória e era um projeto fundamentado essencialmente no desenvolvimento de Vitória e de sua região" (SANTOS, 2005:48).

Quanto sua administração no Espírito Santo como um todo, Estilaque assevera que, apesar da falta de condições para por em prática todas suas idéias e projetos: "Com Silva Pontes, portanto, pela primeira vez, a administração centralizada em Vitória formulava um

[2] Na segunda metade do Setecentos, passou a se desenvolver investigações em torno da História Natural no Reino e nas colônias, com ações coordenadas pelo governo Português – mobilização de naturalistas portugueses ou nascidos nas colônias (América, Ásia ou África) a fim de estudar as possibilidades de desenvolvimento dos setores agrícolas e minerador – que receberam a denominação de Viagens Filosóficas. A gerencia do Estado nas pesquisas era estimulada pela crise do antigo sistema colonial e a necessidade de se explorar novas alternativas economicamente viáveis nas colônias (NEVES, In: PRADO (org.), 1999; MUNTEAL FILHO. In: PRADO (org.), 1999).

claro projeto de desenvolvimento regional, centrado em Vitória, mas com os olhos postos no desenvolvimento integral do território da antiga "Capitania"" (SANTOS, 2005:49).

Em 1804 toma posse o segundo governador subalterno à Bahia, Manoel Vieira de Albuquerque Tovar. Foi durante sua administração criada a Junta Real da Fazenda desvinculada da Bahia em 1809 e, no ano seguinte, finda a dependência administrativa e militar.

Em termos econômicos, Tovar promoveu a cultura do anil e do café; além de evidenciar a capacidade exportadora de produtos como açúcar, algodão, farinha de mandioca, milho, arroz e aguardente; constando também nesse período a saída de navios com madeiras para a construção naval com destino a Portugal e ao Rio de Janeiro (LEAL, 1977:05-06).

Todavia, em Ofício de Francisco Manoel da Cunha, escrivão da Junta da Real Fazenda, dirigido ao conde de Linhares sobre a Capitania do Espírito Santo em 1811, fica evidente o pessimismo do narrador com a gerência do Governador Tovar.

Cunha lamenta a situação do comércio feito pelo Rio Doce, curso d'água incrustada em região considerada por ele, como inóspita por falta de povoados e plantações nas margens. Seu relato deseja chamar a atenção do Conde de Linhares para a forma despótica como o governador Tovar vinha destruindo as conquistas do seu antecessor, descrevendo a situação econômica da Capitania como sendo desastrosa e em ligeiro recuo.

Nas informações que Cunha prestou ao Conselheiro de Estado, Antonio de Araújo e Azevedo, o conde da Barca, escrita também em 1811, verifica-se o desanimo do narrador com o fim da alfândega e da navegação direta feita entre a Capitania com a Europa e a África. Fica expressa sua preocupação com relação à navegabilidade dos rios do Espírito Santo, que não permitiam o escoamento da produção por via fluvial, e sugere como solução para o problema a abertura de estradas mais seguras contra os ataques indígenas e a necessidade de formação de povoados na região.

O que se tem noticia da hostilidade entre Tovar e Cunha, que chegou às vias de fato em 2 de março de 1811, mesmo ano dos relatos desaprovando a administração do governador; foi declaração solene, de reconhecimento público e evidentemente provado, de crime de desfalque dos cofres públicos praticado por funcionários da Junta da Real Fazenda, sendo um dos acusados o próprio escrivão. Francisco Manoel da Cunha acabou fugindo juntamente com Jose Francisco de Melo, também acusado, e mais três escravos (DAEMON, 1879:213-214).

No ano de 1812, foi nomeado para o governo da Capitania Francisco Alberto Rubim, primeiro governo independente ao da Bahia.

Na Memória de Tomás Antonio Tovar de Vila Nova Portugal, ministro à época de D. João VI, estão relatados os limites geográficos das vilas e arrabaldes do Espírito Santo de 1816, além de prestar informações sobre a quantidade de engenhos e engenhocas, de igrejas e da população de cada povoado espírito-santense. Através de seus dados estatísticos, fica evidenciado a existência de transações econômicas favoráveis e saldo demográfico positivo, contrariando as informações de Cunha.

A Memória Estatística da Província do Espírito Santo de 1817, do então governador Francisco Alberto Rubim, apresenta dados quantificáveis sobre a população e a produção da Capitania, informa também sobre os administradores anteriores e suas políticas. Um trecho da mesma Memória, Rubim dedicou à Vila da Vitória situando-a geograficamente, descrevendo suas qualidades de centro urbano bem localizado. Sobre a Capitania, menciona a possibilidade de exploração madeireira nas matas virgens e em minas de ouro, ferro, enxofre e salitre, localizadas em regiões próximas à comarca (RUBIM, 1817:03-04).

Sobre possibilidades de se desenvolver uma produção manufaturada, Rubim dizia entusiasmado que a produção da seda era de qualidade superior a da Pérsia e com variedade de cores. Talvez por vislumbrar aí uma opção economicamente vantajosa para a Capitania capixaba, sendo remetidas ao Governo Geral amostras extraídas do casulo bombix – meada de seda, varas de tecido e renda de seda – em decorrência de sete anos de estudos realizados por Antonio José de Vieira da Vitória servindo-se de amostras e informações prestadas pelo governador Rubim. No entanto, Vieira da Vitória teve seu trabalho perdido por não ser considerado importante para a indústria têxtil (DAEMON, 1879:241).

O projeto voltado para o desenvolvimento, mediante ligação com Minas Gerais acabou se consolidando em 1820 após grandes investimentos e com resultados aquém do esperado. Até porque os comerciantes mineiros não encontrando na Província mercado consumidor para seus produtos (gado e outras mercadorias) e acabaram por abandonar aquela rota comercial tão almejada anteriormente, por mineiros e capixabas (SANTOS, 2005:51-52).

Uma das explicações para o fracasso do comércio empreendido pelos mineiros recai para a concorrência com os produtos locais, devido a existência de uma produção de gêneros de subsistência, agrícola e pecuária, no Espírito Santo que além de conseguir abastecer a população possuía um excedente a ser comercializado com as outras Províncias.

Apesar das iniciativas sem resultados durante seu governo, como foi o caso de seu empreendimento em produzir seda e a via comercial de acesso a Minas e, mesmo longe de ser uma unanimidade perante a população, Rubim foi retratado por Daemon, em seu livro sobre a

Província do Espírito Santo, como sendo "o que mais trabalhou para desenvolvê-la" (DAEMON, 1879:247).

O último governador nomeado para o Espírito Santo antes da Proclamação da Independência foi Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos que tomou posse em março de 1820, dois meses após ser criada a Alfândega provisória do Espírito Santo, destinada a importação de gêneros nacionais e estrangeiros.

Baltazar deu prosseguimento à política de seu antecessor, preocupado em descobrir e explorar novas fontes de riquezas, além de promover a colonização do interior capixaba. Informou o então governador, através de Ofício de 1820 ao Príncipe Regente, D. Pedro, sobre as riquezas da Capitania e a necessidade de se colonizar as margens das estradas para Minas Gerais que seguiam o curso de rios e córregos. Seu pedido foi atendido no sentido de colonizar o percurso até Minas e catequizar e aldear os índios Puris, além de serem concedidas licenças para mineração (DAEMON, 1879:250).

Em 29 de setembro de 1821, finda a política de governo absoluto dos governadores nomeados com a criação das Juntas Provisórias, ficando as províncias a partir daí, sujeitas ao Governador Geral do Brasil. Com a eleição de um governo provisório, Baltazar de Souza deixou o governo do Espírito Santo em 1822.

Após a independência do Brasil, em 1823 começaram a serem eleitos pelas Juntas Provisórias, os primeiros Presidentes de Províncias no Brasil, sendo eleito para o cargo no Espírito Santo seu antigo Ouvidor, o bacharel Inácio Acioli de Vasconcelos.

Ignácio Accioli de Vasconcelos nasceu no final do século XVIII na vila das Alagoas (atual Marechal Deodoro) na época pertencente a Capitania de Pernambuco. Formou-se bacharel em direito canônico pela Universidade de Coimbra, onde participou como soldado voluntário na 2ª Companhia de Fuzileiros do Corpo Acadêmico.

Acioli permaneceu no cargo de Presidente da Província até 1829, e assumiu pela segunda vez a administração do Espírito Santo, o vice-presidente e Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo.

Em sua Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828, Acioli enviou ao Governo Geral um relato destacando a fertilidade da terra às margens dos rios e lagos dizendo que "com bem pouco trabalho se podiam tornar estes terrenos excelentes para as lavouras e criação, o que se não faz ou por indolência, ou pela abundância de terras" (VASCONCELOS, 1978:25). No entanto, destaca ser miserável o estado dos habitantes da Província, apesar das inúmeras possibilidades de exploração das terras virgens com indústrias de mineração e madeireira e dos rios através da pesca e navegação.

Sobre os recursos naturais ainda não pesquisados, Acioli compartilha com o antigo governador Rubim, da necessidade em se viabilizar novas fontes de riquezas, atendendo as orientações ilustradas do final do Setecentos. Diz ele que retirando os poucos territórios ocupados "[...] quase tudo o mais são matas virgens, e riquíssimas em madeiras de toda qualidade e de outros mil produtos incógnitos até esta época, e só habitada por feras e selvagens" (VASCONCELOS, 1978:26).

A propósito da população, Acioli de Vasconcelos assevera ser superior ao número informado nos sensos de 1824 e 1827, 35.353 e 35.879 habitantes respectivamente, principalmente com relação ao número de escravos. Sobre as fontes de renda, informa que grande parte da população era composta por proprietários de bens rurais e urbanos, outra característica dos capixabas do século XIX – concentração de rendas vinculadas a produção da terra e comércio praticado no meio urbano.

Na mesma Memória, o presidente confirma ser a agricultura a principal atividade produtiva dos capixabas, prevalecendo a lavoura da cana-de-açúcar, mandioca, algodão, milho, arroz, feijão e tendo início o cultivo do café, tudo ainda feito de forma rudimentar com a utilização de ferramentas simples no trabalho da lavoura, carros de boi e canoas no transporte das mercadorias. Acioli afirma que os gêneros produzidos excedem as necessidades da população, propiciando a exportação dos mesmos para outras partes do Brasil (VASCONCELOS, 1978:30-323).

Outra atividade produtiva coadjuvante a agricultura abordada nesta Memória, foi a criação de animais de diferentes espécies (bovino, eqüino, muar, caprino, suíno, ovino e aves), empregados no transporte e comercialização na própria Província.

O comércio, ativo nesta época, era composto de importações de gêneros que faltavam no Espírito Santo e exportações dos víveres abundantes na região. Importavam-se produtos como farinha de trigo, carne seca, bacalhau, azeite, vinho, vinagre, aguardente, sal, queijos, pão, doces, louça, fazendas secas, escravos, etc., com o pagamento feito em dinheiro ou por escambo chegando ao ano de 1827 ao valor de 183:510$750 (cento e oitenta e três contos, quinhentos e dez mil e setecentos e cinqüenta reis). Entre os produtos exportados nos anos de 1826 e 1827 constam: farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, traçados, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas, redes e café (ainda insipiente), no valor total de 195:500$000 (cento e noventa e cinco contos e quinhentos mil reis).

Pela comparação dos valores, percebe-se um comércio com pequeno desequilíbrio entre importações e exportações, favorável a Província. Fato esse em decorrência das exportações ocorrerem em dois anos seguidos e serem compostas de mantimentos de

subsistência; enquanto as importações, com notícias apenas para o ano de 1827 forneciam basicamente, produtos mais requintados e considerados supérfluos – excetuando os escravos, gênero de primeira necessidade para o trabalho.

Concluindo, as Memórias acabaram por retratar uma visão política desenvolvimentista e preocupada em criar novas alternativas econômicas. Tanto Vila Nova Portugal, quanto Rubim e Acioli de Vasconcelos demonstraram existir no Espírito Santo do século XIX perspectivas favoráveis em termos de produção e comércio. O pessimismo de Cunha, fruto de suas desavenças com o governador Tovar, não impediu que o mesmo admitisse que o problema da decadência poderia ser sanado com uma administração voltada para melhorias na Capitania, como foi o caso do governo de Silva Pontes. A ligação dessa elite política com o Estado imperial consolidou em diversos momentos, a entrada de novos investimentos para a região.

Com relação à elite econômica, essa acabava por, através de cargos e alianças, a se estabelecer também como elite política como foi o caso das famílias dos Monjardino, Ribeiro Pinto, Tovar, Batalha, Pinto Homem de Azevedo Coutinho, onde seus membros figuraram em cargos políticos.

Em termos econômicos, esses documentos comprovaram a autonomia do Espírito Santo no início do século XIX com relação à subsistência, além de permitir sua classificação de Capitania/Província voltada para produção e exportação de gêneros alimentícios e entreposto comercial, posicionando-a frente a algumas regiões do Brasil como fornecedora de alimentos.

Creio que o discurso da decadência foi utilizado devido à inoperância do sistema colonial em terras capixaba. Além disso, os políticos, autores das Memórias, compartilhavam com a visão portuguesa de lucratividade da Coroa através das exportações do açúcar, não considerando, a produção para o abastecimento interno da colônia como preponderante economicamente para o Estado, portanto, não reconhecendo ser relevante a produção e comercialização de gêneros alimentícios para a subsistência do mesmo sistema.

Referências bibliográficas:

CUNHA, Francisco Manoel da. **Ofício dirigido ao conde de Linhares sobre a Capitania**, **hoje Província do Espírito Santo – 1811**. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasil. Rio de Janeiro: 1849.

CUNHA, Francisco Manoel da. **Informação sobre a Capitania ao ministro de Estado Antonio de Araujo e Azevedo – 1811**. Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1842.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo:** Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Tipografia do Espírito-santense, 1879. [compilação e atualização ortográfica: Maria Clara Medeiros Santos Neves; Revisão: Reinaldo Santos Neves].

LEAL, Eurípedes Franklin. **Economia colonial capixaba**. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Política e Natureza no Reformismo Ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho.** PRADO, Maria Emilia (org.). **O Estado como Vocação:** Idéias e praticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999. Pp. 81-110.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. **Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos:** A constituição de uma "família" sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emilia (org.). **O Estado como Vocação:** Idéias e praticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999. Pp. 09-32.

PORTUGAL, Tomás Antônio de Vila Nova de. **Capitania do Espírito Santo** – Julho de 1816. Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: lata 21, documento 22.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à história:** até ao ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **O território do Espírito Santo no final da era colonial**. In: BITTENCOURT, Gabriel. **Espírito Santo**: um painel de nossa história. Vitória: Edit, 2002.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX:** a gênese do pensamento político capixaba. Dimensões – Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº. 17, 2005.

VASCONCELOS, Inácio de. **Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VASCONCELOS, Simão. **Descrição da Capitania do Espírito Santo**. Transcrição de Maria Clara de Medeiros Santos Neves. Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 16, documento 9, n.º 1-2.